

# **Comunicação pública e constituição de cenas de dissenso em contextos institucionais**

Ângela Marques

UFMG

Departamento de Comunicação Social

**Heloiza Matos (2009, 2011)** sustenta um conceito de Comunicação Pública que considera o envolvimento de novos atores na esfera pública que, enquanto configuradora de espaços de debate, negociações e tomada de decisões relativas à vida pública, passa a zelar por interesses comuns, pela participação coletiva e pela valorização dos sujeitos como interlocutores de debates equitativos.

**Elizabeht Brandão (2009, p.31)** afirma que a Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade civil e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder da vida pública de uma nação.

# Comunicação Pública e Esfera Pública



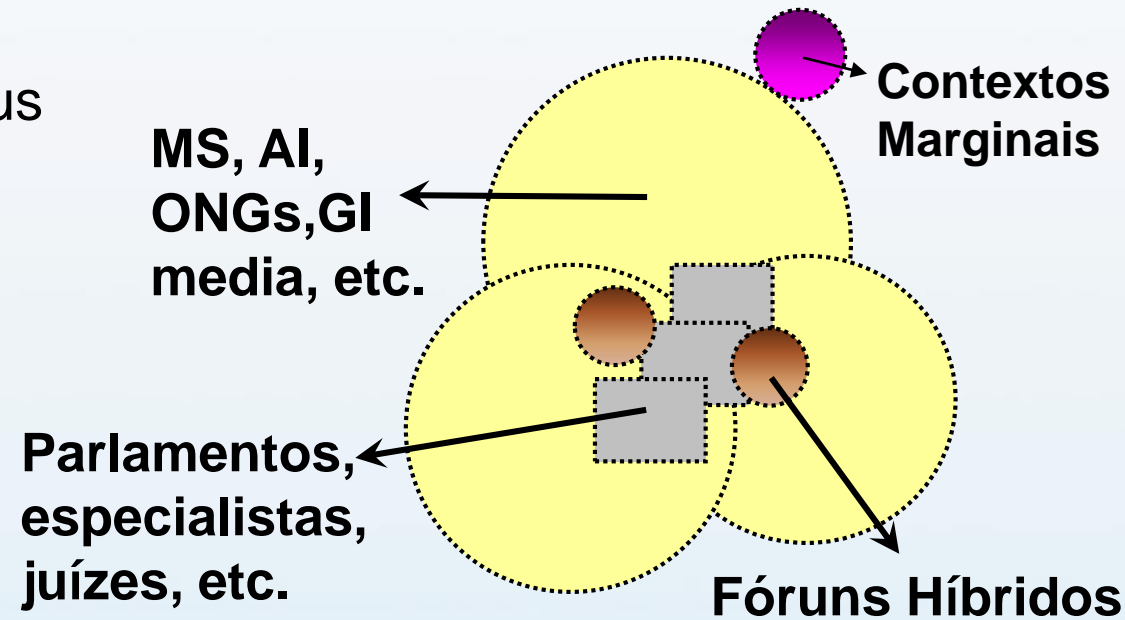
## Múltiplas esferas públicas:

“É incorreto falar de uma esfera pública singular, mesmo assumindo uma certa homogeneidade do público burguês... É preciso admitir a co-existência de **esferas públicas** concorrentes e apreender a dinâmica daqueles processos de comunicação que são excluídos da esfera pública dominante.”(FR, 1992:425)

-Ela é “uma **rede** adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.” (1997, p.92).

-A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento.

- Arenas orientadas tematicamente;
- Diferentes poderes e graus de visibilidade;
- Nem sempre há intenção de influência recíproca.



- Não há total desconexão, nem cadeias perfeitas de trocas entre as arenas.
- Articulação: interesse na visibilidade, capacidade de projetar demandas, vontade de aproximar.
- Não escolher, mas destacar as arenas marginais. (Hendriks, 2006, Mansbridge, 1999)

# Comunicação Pública e Ação Comunicativa

- O grande objetivo da ação comunicativa é alcançar o mútuo entendimento. Para isso, o primeiro passo a ser dado é definir coletivamente a situação de ação.
- O segundo passo é apresentar, negociar e justificar autonomamente seus argumentos em um constante avanço e recuo de posições: e um acordo se produz em meio à uma negociação de significados e sentidos ininterrupta entre os parceiros.

# Comunicação Pública e Deliberação

“A formação da opinião, desatrelada das decisões, realiza-se em uma rede pública e inclusiva de esferas que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas”  
(Habermas, 1997, p.33).

-“O âmago da política deliberativa consiste numa rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas.” (1997, p.47).

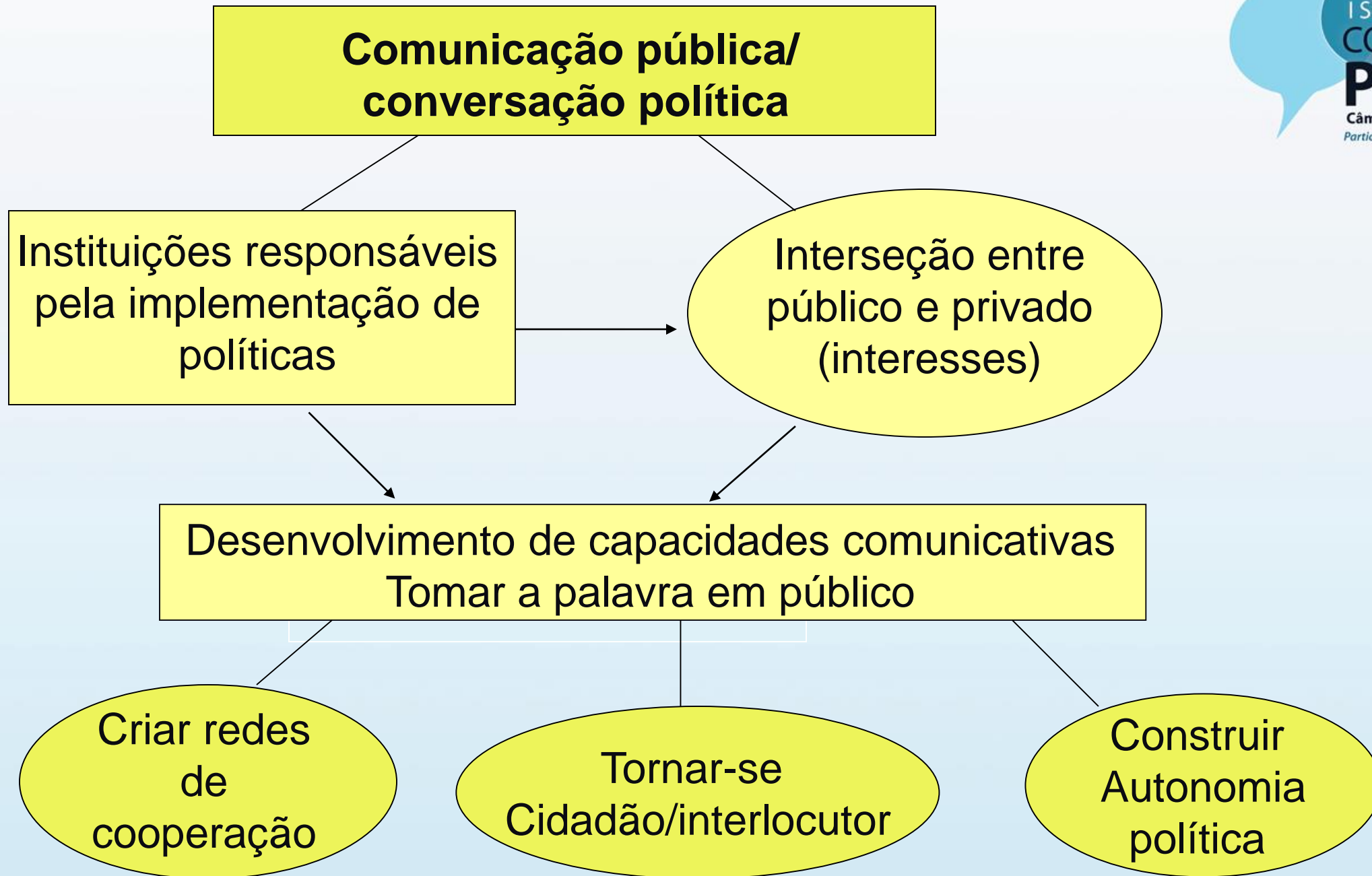
O foco do debate não se concentra nos interlocutores, mas na troca de razões e opiniões.

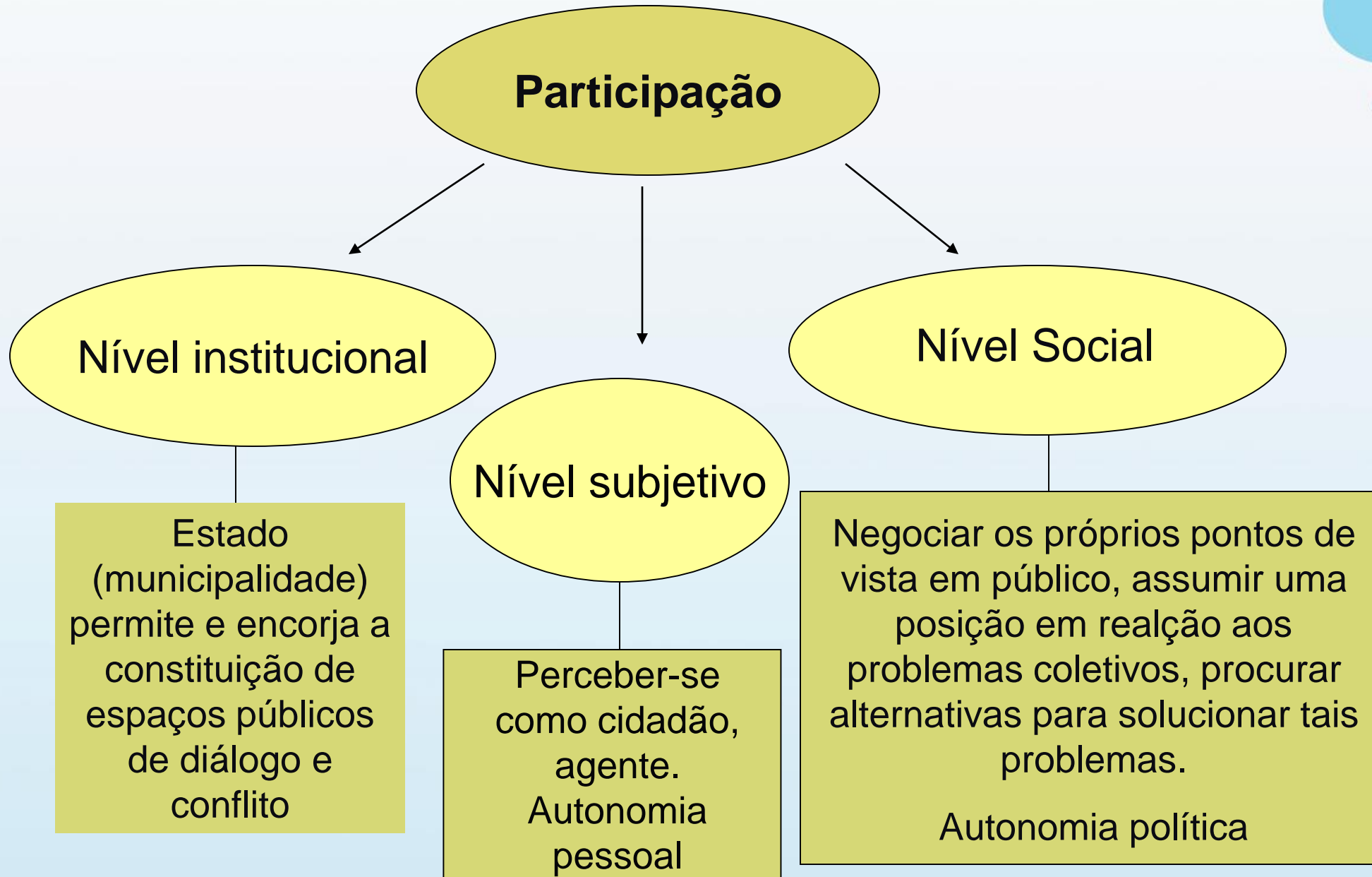
# Comunicação Pública e Autonomia política

- A capacidade de formular razões próprias e passíveis de serem compreendidas e aceitas;
- de iniciar debates e interpretar as próprias necessidades de maneira reflexiva
- ser capaz de explicar julgamentos e ações configurando-se como parceiro dialógico moralmente digno de ser considerado pelos demais (Warren, 2001; Cohen, 1997; Cooke, 1999).

<b>Deliberação pública</b>	<b>Ética do discurso</b>	<b>Ação comunicativa</b>	<b>Autonomia política</b>
<p>Possibilita a interconexão de pontos de vista e níveis discursivos em que problemas se manifestam e demandam soluções e entendimento.</p>	<p>Normas legitimamente aceitas devem resultar da discussão entre todos os concernidos sobre seu conteúdo e efeito de aplicação.</p>	<p>O discurso e a racionalidade comunicativa formam a base comum para a avaliação coletiva de normas e leis que vinculam a todos.</p>	<p>Habilidade de assumir um papel dialógico e de justificar as próprias opiniões por meio de razões. Propor temas e sustentar uma negociação.</p>







## Um olhar sobre a criação de cenas dissensuais: constituição do sujeito como enunciador/interlocutor



Se de um lado a teoria habermasiana nos oferece recursos conceituais necessários para pensar os processos de resolução dos desacordos políticos entre os interlocutores (que, a princípio se reconhecem mutuamente como parceiros legítimos e iguais na interação), de outro ela não nos ajuda muito a questionar o modo através do qual esses interlocutores se constituem como tais.

A política, entendida como o conflito sobre a existência de um espaço conflitual, uma cena na qual se desdobram polêmicas sobre a designação de objetos concernentes à maioria e de sujeitos capazes de uma palavra comum.

Criação de cenas de dissenso	
Aspectos comunicacionais	
Atores	<u>Forma de aparência do sujeito em cena</u> : visibilidade, palavra, como apresenta seu mundo (ideologias, quadros de sentido, crenças, valores). Inventar-se como sujeito político igual.
	<u>Constituição do ator como interlocutor</u> : ver-se como sujeito de palavra e não só de voz; construir autonomia política; desidentificar-se (existir na conexão e desconexão de vários nomes).
Interação	<u>Assimetrias comunicativas e constrangimentos de poder</u> : em questão está a própria possibilidade de diálogo
Tradução	Todos podem expressar, em sua própria linguagem, entendimento acerca do que o outro disse e articular a si mesmos em seus próprios termos.
Criação	É preciso <u>inventar a cena</u> na qual palavras ditas se tornam audíveis, e corpos se redefinem e se visibilizam.
Argumento e dramatização	<u>Demonstrar o mundo no qual seu argumento conta como argumento.</u>

# Constrangimentos dos media para o processo da Comunicação Pública



**Sistema dos media:** instituições e seus profissionais; instituições dos demais sistemas e seus agentes; audiência; ambiente sociopolítico.

- a) Empresas midiáticas e suas relações de interesse com grupos de poder;
- b) O que ganha destaque na mídia nem sempre são questões de relevância para os cidadãos;
- c) auto-poiese e divisão de trabalho: desenvolve recursos para sua própria manutenção;
- d) Criação de uma cultura, ética e regras de conduta próprias (código e linguagem particulares).

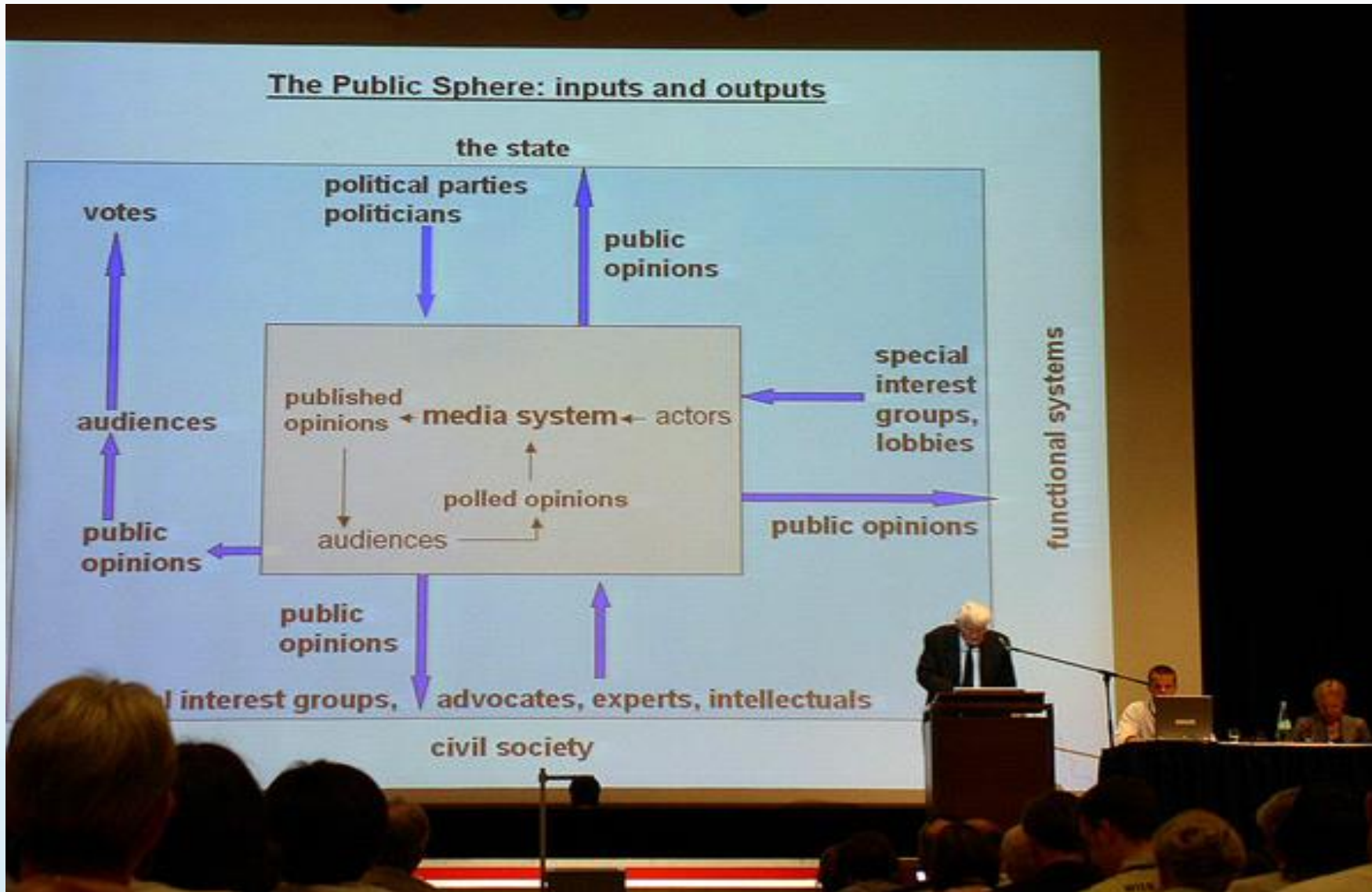
# Political Communication in Media Society (Habermas, 2006)



“Na periferia do sistema político, a esfera pública está enraizada em redes de fluxos de mensagens desordenados – notícias, relatos, comentários, falas, cenas e imagens, shows e filmes com um conteúdo informativo, polêmico, educativo ou de entretenimento.”  
(p.416).

“Essas *opiniões publicadas* originam-se a partir de vários tipos de atores: políticos e partidos políticos, lobistas e grupos de pressão, ou atores da sociedade civil. Elas são selecionadas e formatadas pelos profissionais dos *mass media* e recebidas por amplas audiências, campos e subculturas intersectantes, etc.”

Apesar das assimetrias de poder provocadas pela ação dos *media* – devidas, principalmente, a seu código interno de seleção e de enquadramento dos acontecimentos e da palavra pública – Habermas lhes atribui um papel central no processo de organização dos debates que ocorrem na esfera pública.



Conferência feita em 20 de junho de 2006, por ocasião da 56<sup>o</sup> *Annual International Communication Association Conference*, ocorrida em Dresden, Alemanha.